

A Biblioteca Nacional de Brasília reabre sua programação mensal de palestras nesta quarta-feira



Para Alfredo Manevy, o digital é a mídia do futuro A Biblioteca Nacional de Brasília (BNB) reabre sua programação mensal de palestras em 2010, tendo como convidado o secretário executivo do ministério da Cultura, Alfredo Manevy, doutor em Estética e Comunicação Audiovisual pela Universidade de São Paulo e especialista em cibercultura. O palestrante fala sobre a importância da mídia digital na vida cultural das pessoas nos dias de hoje e qual a posição do MinC diante dos impasses e benesses apresentados sobre o tema. "Queremos que a língua portuguesa circule na internet", defende. O encontro acontece às 18h, no auditório (2; andar) da BNB. A seguir entrevista com o secretário: Qual a importância do digital hoje na sociedade? A cultura digital no MinC é um tema estratégico e tem sido assim desde a época que o Gilberto Gil era ministro, pautando o assunto para discussão. Na época pouco se falava sobre isso no Brasil. É um assunto amplo porque agrega não só a tecnologia, mas uma cultura, filosofia de uso, de relações, de modo, de negócios, de parcerias, de rede impulsionando uma revolução importante. Então a casa trata isso como algo prioritário e de que forma? Consideramos e sempre defendemos a banda larga como um tema central no governo, é muito bom ver hoje essa mídia participando de debate político no país, como uma infra-estrutura estratégica e a política cultural aborda essa questão com uma série de eixos ou formas de atuações. Um deles diz respeito a digitalização dos acervos culturais do país, da Cinemateca brasileira, passando pela Funarte, dos nossos museus e outros equipamentos culturais. Temos um acervo riquíssimo de cinema, de música que o Brasil, a sociedade brasileira desconhece. De um lado tem a internet se multiplicando no Brasil e de outro a necessidade de fazer o up loads, subir estes acervos estratégicos. Então o Ministério tem uma política hoje de digitalização de acervo. O que o MinC tem feito para agilizar a digitalização deste acervo? Temos uma parceria que envolve a RNP (Rede Nacional de Pesquisas), uma autarquia ligada ao ministério da Ciência e Tecnologia. E para quê? É uma ação de conexão das instituições culturais. Estamos conectando em altíssima velocidade as instituições culturais brasileiras, não só as governamentais, mas as que tem produção cultural relevante e sabe se apropriar das tecnologias de maneira contemporânea. Então temos um programa comum que busca digitalizar dezenas dessas instituições e consideramos isso uma parte importante do esforço de qualificar rede, ou seja, nós queremos uma rede universal para todos os brasileiros, isso está na pauta, mas queremos uma rede qualificada com conteúdo trafegando para as pessoas produzirem conteúdo, saber usar as ferramentas, se apropriar das tecnologias, saber como é que funciona esse sistema e fazer melhor uso dessa autonomia. O MinC está preocupado com essa parte do problema que é muito significativa. Por exemplo, a música está por uma crise imensa, mas isso é uma grande oportunidade de recriar todo o processo criativo. Como o senhor falou existe uma crise grande no setor musical não só no Brasil, mas no mundo. O CD já é um artefato quase extinto por causa da pirataria e da internet. Como o MinC se posiciona diante desse problema? Muito positivo. O MinC não acredita que a internet seja uma ameaça à cultura. Acreditamos que precisamos inventar novas formas de negócio e economia na internet e sem criminalizar o usuário. A postura do ministério, e acho que ele tem respaldo em boa parte da sociedade, é de que a internet é uma grande novidade especialmente num país

com níveis baixos de acesso à cultura. Não passa de 15% dos brasileiros aqueles que tem acesso as bibliotecas, museus, salas de cinema. A parti do momento que a internet e a banda larga passa ocupar significativo espaço do território da população, nós temos aí uma grande ferramenta de acesso à cultura nas duas vias: acesso e produção. Achamos que o mais importante é reinventar essa economia e não ficar numa

escolha simplória e equivocada entre a velha economia ou a velha economia. Existem muitos exemplos que demostram como artistas e produtores podem montar carreiras bem sucedidas em cima da internet tal como ela é. Ou seja, criando modelos de negócios, doações, modelos de participações do público. O senhor poderia citar um exemplo desses modelos? Não é uma proposta do MinC, mas dos setores da música que a gente vê com simpatia que a ideia de que a internet é um bom negócio para as telefônicas, um bom negócio para os provedores. Porque não um grande acordo entre os que criam e aqueles que mantem a rede de pé no setor privado de forma a remunerar os que criam? Acordo que alguns países ensaiam e o Brasil poderia participar. Existe uma economia por detrás da internet subjacente e ela tem que ser explicitada para que esse bolo possa ser bem dividido entre todos. Quem tem a ganhar é o usuário, o cidadão. É hora da gente falar deste assunto com franqueza, hora de olhar sem medo para essa nova etapa e o ministério vem fazendo propostas, entre elas a revisão da lei do direito autoral, que deve ir à consulta pública nos próximos meses para justamente colocar boa parte da internet na legalidade. Hoje baixar uma música para o ipod, para o mp3 é ilegal. Então todo mundo que tem ipod no Brasil está na ilegalidade. Não é crime, mas é ilegal. A última edição do Festival de Brasília criou uma categoria para premiar produções digitais. O senhor acredita que essa mídia é o futuro do cinema? No futuro do cinema, na produção de distribuição de filmes, no acesso das pessoas. Acho que o digital está desenvolvendo a tal ponto que não haverá mais saudade da película. A tecnologia já permite aproveitamento estético ao máximo, uma capacidade de realização e circulação. O digital é uma nova realidade cultural agora. O digital sozinho, a tecnologia sozinha fará revolução? Não. É preciso políticas públicas de cultura, porque pode existir um cenário onde uma tecnologia extraordinária como o digital fique na mão de poucos e de uma maneira que os nossos acervos não estejam circulando nessas redes. É preciso incluir na rede processos da vida social e cultural que são fundamentais para nossa formação e nosso futuro. O estado tem papel importante para qualificar estes processos e garantir mais acervos, mas acessos a bens culturais e que o Brasil seja um grande produtor de conteúdo e não só um grande consumidor de conteúdo. Queremos, em suma, que a língua portuguesa circule na internet. Para isso cabe ao Estado apoiar os artistas e produtores, os pontos culturais, os pontos de cultura.